



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

LAÍS MARIA DA SILVA BRITO

**A SALA DE AULA E AS RELAÇÕES ÉTNICO- RACIAIS: O
CINEMA ENQUANTO FERRAMENTA PARA UMA
EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA.**

**CAMPINA GRANDE
2020**

LAÍS MARIA DA SILVA BRITO

**A SALA DE AULA E AS RELAÇÕES ÉTNICO- RACIAIS: O
CINEMA ENQUANTO FERRAMENTA PARA UMA
EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de licenciada em História.

Área de concentração: ensino de história

Orientador (a): Prof^a. Ma. Talita Rosa Mística Soares de Oliveira

**CAMPINA GRANDE
2020**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

B862s Brito, Lais Maria da Silva.

A sala de aula e as relações étnico-raciais: o cinema enquanto ferramenta para uma educação antirracista [manuscrito] / Lais Maria da Silva Brito. - 2020.
41 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História)
- Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação ,
2021.

"Orientação : Profa. Ma. Talita Rosa Mística Soares de
Oliveira , Coordenação do Curso de História - CEDUC."

1. Relações étnico-raciais. 2. História. 3. Cinema. 4.
Educação antirracista. I. Título

21. ed. CDD 370.115

LAÍS MARIA DA SILVA BRITO

A SALA DE AULA E AS RELAÇÕES ÉTNICO- RACIAIS: O CINEMA ENQUANTO FERRAMENTA PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do Título de Licenciada em História.

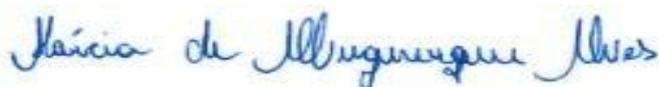
Área de concentração: ensino de história

Aprovada em: 11/12/2020.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Ma. Talita Rosa Mística Soares de Oliveira (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Ma. Márcia Albuquerque Alves (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. José Pereira de Sousa Júnior (Examinador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Esp. Alane da Silva Mota (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Campina Grande (PPGH-UFCG)

Aos meus pais, por tudo o que fizeram e fazem por mim, sem eles essa jornada não teria sentido, dedico.

AGRADECIMENTOS

Á Deus, pela minha vida e por me dar forças para superar os obstáculos no decorrer do percurso acadêmico.

Aos meus pais, por terem me educado, me guiado no caminho do bem e por toda dedicação que sempre tiveram por mim.

A todos os meus familiares que me apoiaram, em especial minha tia Judite, uma segunda mãe para mim.

A minha orientadora prof.^a Ma. Talita Rosa Mística Soares de Oliveira, por todo conhecimento, auxílio e paciência.

As professoras Márcia e Alane, e ao prof. José Júnior pela disponibilidade em compor a banca.

Ao meu companheiro e sempre amigo Maurilio, por sempre está comigo durante essa caminhada com sua calma e carinho.

E por fim, a todos os professores que contribuíram no meu processo de aprendizagem, desde os do ensino básico aos do ensino superior, em especial ao prof. Izaias Silva, por todo conhecimento e incentivo durante o ensino médio.

RESUMO

Este trabalho tem como proposta fazer uma análise acerca do ensino para as relações étnico-raciais no Brasil e o uso de narrativas audiovisuais enquanto ferramenta pedagógica para a prática de uma educação antirracista em sala de aula. Para isso, fazemos uso do filme: Que horas ela volta? (2015) da diretora Anna Muylaert que traz como personagem principal Val, uma empregada doméstica nordestina interpretada pela atriz Regina Casé. No desenrolar da trama, o filme aborda questões relacionadas às relações de trabalho no Brasil além de outros temas de extrema importância para compreensão das relações raciais no país. Assim, utilizamos esta obra para analisar o que Sueli Carneiro (2020) denomina de “O legado da escravidão na democracia brasileira” e refletir sobre como o cumprimento da Lei 10.639/03 e de tantas outras políticas afirmativas são fundamentais para o combate ao racismo estrutural, a subalternidade do povo negro e para o fomento da elaboração de uma consciência negra no Brasil.

Palavras-chaves: Relações Étnico-raciais; História e Cinema, Educação Antirracista.

ABSTRACT

This work proposes to make an analysis about teaching for ethnic-racial relations in Brazil and the use of audiovisual narratives as a pedagogical tool for the practice of anti-racist education in the classroom. For this, we use the film: *What time does she return?* (2015) by director Anna Muylaert, whose main character is Val, a northeastern maid played by actress Regina Casé, and who, in the course of the plot, addresses issues related to labor relations in Brazil, in addition to other topics of extreme importance for understanding relations in the country. Thus, through the analysis of the film, we seek to analyze what Sueli Carneiro (2020) calls “The legacy of slavery in Brazilian democracy” and how compliance with Law 10.639 / 03 and so many other affirmative policies is fundamental for combating structural racism, the subordination of the black people and to foster the development of a black conscience in Brazil.

Keywords: Ethnic-racial relations; History and Cinema, Anti-racist Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|-----|
| Figura 1 – A empregada doméstica Val e Fabinho, o filho dos donos da casa em que trabalha, ambos ao redor da piscina | .29 |
| Figura 2 – A personagem Val com Fabinho, já adulto em seu colo... .. | .30 |
| Figura 3 – Fabinho próximo de Val após ele não conseguir dormir e ir procurar sua antiga babá..... | .31 |
| Figura 4 – Jessica e sua mãe Val, ao lado da família para qual Val presta serviços. | 32 |
| Figura 5 – Jessica na piscina da casa dos patrões da sua mãe | .33 |
| Figura 6 – Val dentro da piscina da casa dos patrões..... | .35 |

LISTA DE ABREVIações

| | |
|--------|---|
| BNCC | Base Nacional Comum Curricular |
| ERER | Educação para as relações étnico-raciais |
| FIPE | Fundação e Instituto de Pesquisas Econômicas |
| FNB | Frente Negra Brasileira |
| INCE | Instituto Nacional do Cinema Educativo |
| LDB | Lei de Diretrizes e Bases da Educação |
| MEC | Ministério da Educação |
| MNU | Movimento Negro Unificado |
| PCN | Parâmetros Curriculares Nacional |
| SEPPIR | Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial |
| TEM | Teatro Experimental Negro |

SUMÁRIO

| | | |
|------------|---|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 11 |
| 2 | A RESISTÊNCIA DO POVO NEGRO NA HISTÓRIA BRASILEIRA FRENTE AS POLÍTICAS DE SEGREGAÇÃO | 14 |
| 2.1 | Movimento negro e a luta por uma educação inclusiva: caminhos até a lei 10.639 (1930-2003) | 18 |
| 2.2 | A lei 10.639 e seus desdobramentos | 23 |
| 3 | O CINEMA COMO INSTRUMENTO DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: ANÁLISE DO FILME: QUE HORAS ELA VOLTA? | 25 |
| 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 38 |
| | REFERÊNCIAS | 39 |

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo fazer uma breve discussão acerca da Educação para as relações étnico-raciais no Brasil, pensando como o professor de História do ensino básico pode atuar como um promotor de tais debates junto a seus alunos. Há muitas décadas o Movimento Negro tem através de seu histórico de lutas, conseguido muitos avanços para o povo negro, e dentre elas destacamos a criminalização do racismo em 1989 (Lei nº 7.716/1989) e a Lei 10.639/03 que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e africana em 2003, a partir de uma abordagem da valorização da cultura africana no processo de formação do povo brasileiro.

É importante frisar que estas e outras conquistas realizadas pelo movimento no Brasil não resultam em uma situação de igualdade entre os grupos sociais, muito pelo contrário, apesar de alguns avanços o povo negro continua sofrendo diariamente os efeitos danosos dessa herança colonial que criou uma rede de privilégios para o povo branco em detrimento da subalternização e inferiorização dos negros no país. Tal regime causou uma série de feridas e problemas que atravessam os corpos negros em seus mais diferentes sentidos, e todos os esforços são necessários para buscar reparar todo esse abismo social causado pela experiência da escravidão.

A escolha desse tema como objeto de estudo, surgiu devido a uma inquietação pessoal com relação ao ensino de história africana e afrobrasileira nas escolas. Durante o ensino regular, não tive aulas que me trouxessem elementos para pensar os africanos para além do contexto de escravização dessas pessoas.

Ao cursar na universidade a disciplina de História da África, pude aprofundar mais minhas leituras sobre a dinâmica dos diferentes povos a partir de suas próprias estruturas de pensamento. Daí ao estudar sobre as diferentes formas de resistência do povo negro e sobre o processo de formação de uma cultura afro-brasileira, me encantei com os novos olhares e perspectivas que se abriram diante de mim.

O exercício de me afastar de uma versão eurocêntrica da história me fez perceber a necessidade de estudar mais a fundo essas questões, buscando aprender sob novas perspectivas a realidade e demandas étnico-raciais, sobretudo no nosso país.

Desta forma continuei pesquisando sobre a cultura africana e afrobrasileira, e decidi que no meu trabalho de conclusão de curso, realizaria uma análise sobre como o ensino de história africana é desenvolvido nos livros didáticos do ensino fundamental. Realizei algumas leituras, mas, no contexto de isolamento social, sem a possibilidade de garimpar livros didáticos entre as escolas e bibliotecas para realizar esta análise, decidi continuar com o estudo do ensino de história africana porém, pensando em maneiras e estratégias para o exercício da docência.

Assim, ao pensar acerca dos debates raciais em nosso país, toda a tentativa de desmonte da educação e das políticas afirmativas para a promoção da igualdade racial empreendida pelo governo federal atual, e vendo também, as ações de enfrentamento a este desmonte, organizadas pelo movimento negro, por professores, e também por ações individuais e coletivas nas ruas e principalmente na internet nos últimos tempos, decidi estudar sobre as especificidades do racismo no Brasil, enquanto um sistema estrutural, que através da política do embranquecimento elaborou uma narrativa que definiu os papéis e lugares ocupados pela branquitude enquanto “naturalmente” detentora do poder, e dos negros enquanto inferiores e subalternizados.

Então, pensando em possibilidades para traçar essas discussões em sala de aula, vi na análise do filme “Que horas ela volta? (2015) uma oportunidade de abordar sobre como as relações escravistas e os papéis sociais estabelecidos pelas elites para brancos e pretos desde o período colonial, e que ainda estão disseminadas no imaginário coletivo da população.

Podemos observar tais continuidades principalmente quando pensamos os resultados positivos das políticas de inclusão social, e assistimos toda sorte de críticas, boicotes e desmontes que tais iniciativas sofrem por parte de quem detém o poder, a fim de desarticular o acesso de grupos sub representados a esses espaços, negando-lhes a igualdade de direitos previstas nas leis constitucionais de sociedades democráticas.

Assim, para cumprir tais objetivos, o trabalho foi estruturado da seguinte maneira: Num primeiro momento iremos falar sobre a trajetória do movimento negro, suas principais conquistas e reflexos sobre a educação e o currículo escolar a partir da criação da lei 10639/03, lei esta que abriu caminhos para a inclusão e desconstrução do racismo na sociedade a partir das diretrizes nacionais da educação.

Num segundo momento buscamos refletir historicamente a construção e legitimação do racismo através das teorias sociais do século XIX no Brasil, analisando

sobre como as tentativas de embranquecimento da população e da posterior exaltação da mestiçagem no século XX, buscaram criar uma identidade para o povo brasileiro que resultou numa falsa valorização da mestiçagem, mas que na verdade contribuiu para a criminalização e inferiorização do povo negro.

Na última seção do trabalho, apontaremos como o filme: “Que horas ela volta?” pode ser utilizado enquanto ferramenta pedagógica em sala de aula, a fim de traçar debates que façam um paralelo entre o mito da democracia racial no Brasil e o empoderamento do povo negro a partir da execução das políticas afirmativas nas últimas décadas.

Iremos pensar sobre a recepção dos dominantes frente a presença e disputa de corpos subalternos em espaços de poder, de cultura, de representatividade. Vemos que a cada dia, corpos negros tem ocupado espaços que antes eram reservados as elites, e isso tem causado reações violentas de racismo, porém, tal representatividade tem fomentado muita conscientização, organização e empoderamento do povo preto.

Desta forma, buscamos pensar a escola enquanto ambiente ideal para problematização e formação de uma postura antirracista, e o professor de história enquanto um multiplicador dessa mensagem de inclusão e agente ativo na positivação e valorização da identidade negra no país.

2 A RESISTÊNCIA DO POVO NEGRO NA HISTÓRIA BRASILEIRA FRENTE AS POLÍTICAS DE SEGREGAÇÃO.

Sabemos que no Brasil, os conteúdos didáticos que tratam a história de formação do nosso país, geralmente incluíam a história do povo africano e sua presença no Brasil a partir do tema da escravidão. A informação de que a mão de obra escrava foi fundamental para o desenvolvimento econômico do país, e que foi assim desde sempre, contribuiu para uma naturalização da ideia de que pessoas africanas sempre foram escravizadas, que nasceram para serem explorados e que nunca resistiram ou se organizaram contra tais processos de dominação.

De acordo com os historiadores Lilia M Schwarcz e Flávio dos Santos Gomes, no livro organizado por eles, intitulado: Dicionário da Escravidão e Liberdade (2018), não podemos pensar a experiência da escravidão sem articularmos com a dialética da liberdade. Desde que houve imposição, dominação, houve também reação, resistência e contestação. Os africanos desde o momento que eram presos e levados à força para os tumbeiros, resistiram para sobreviver, para manter vivas suas memórias, tradições e referências frente a violência da escravização.

Nessa dolorosa diáspora, cerca de 10 milhões de pessoas foram arrancadas de seu contexto pelos europeus e espalhadas por suas colônias. Dessas, cerca de 4 milhões foram trazidas para o Brasil, e desembarcadas nos portos de Pernambuco, Salvador e Rio de Janeiro. Ao serem vendidos, os africanos escravizados eram forçados a trabalhar nas mais diferentes funções nas fazendas, engenhos, minas, casas dos senhores, e também na zona urbana como escravos de ganho ou de aluguel.

Foram inúmeras as táticas de resistência utilizadas pelas pessoas escravizadas. A maneira violenta com que essas pessoas eram tratadas e castigadas, é uma prova de que os homens e mulheres escravizados nunca se conformaram com a escravidão, sendo o uso da violência física exemplar, uma das maneiras de manter a dominação. (AMARAL, 2011).

Dentre as possibilidades de resistência, às fugas, as greves, conflitos, revoltas urbanas, a formação de quilombos, formação de famílias, irmandades, comunidades, terreiros, e tantas outras formas de associação e negociação foram utilizadas enquanto estratégias de resistência à escravização e coisificação impostas aos africanos e seus descendentes no Brasil colonial. Resistência física, cultural e

religiosa que obteve sucesso graças às redes de solidariedade entre os negros e negras que cotidianamente lutaram em prol de sua liberdade. (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006).

A abolição da escravidão no Brasil, creditada pela história tradicional tanto a pressão inglesa, quanto a assinatura da Lei Aurea pela princesa Isabel em 13 de Maio de 1888, foi na verdade fruto de séculos de luta do povo negro contra o regime escravista. A instituição dessa lei, e a celebração do 13 de maio como marco do fim da escravidão exclui da narrativa histórica toda a trajetória de lutas e mobilizações do povo negro.

Este marco não resultou em uma emancipação e melhoria das condições de vida dos recém-libertos, muito pelo contrário, essas pessoas foram jogadas à própria sorte sem nenhuma política que garantisse a vida e oportunidades de trabalho para eles. A falta de medidas de reparação no pós-abolição aprofundou uma sorte de desigualdades sociais que pode ser observada até os dias de hoje, como nos aponta o sociólogo Antônio Carlos Mazzeo:

(...) houve pouco investimento na integração do negro à economia nacional. Quando foi promulgada a Lei Áurea, aconteceu a marginalização do negro do Brasil. Eles foram escanteados da economia, acrescenta. Ele diz que essa população continua marginalizada. A maior parte dos negros mora em favelas, sem emprego, nas prisões e não tem acesso à educação. Ainda no Brasil a população negra é vítima sistemática da ideologia racista. (Correio Braziliense, 2018¹).

Tudo isso acarretou graves consequências nos mais diversos campos, e sobretudo, nas condições de vida do povo negro, que, além de sofrer por séculos a exploração da escravidão, ainda precisou lutar e se reinventar para sobreviver a exclusão, as políticas de criminalização e extermínio desenvolvidas ao longo dos séculos XIX e XX que buscavam embranquecer a população.

A ciência colonial desde os primórdios do seu desenvolvimento, elaborou narrativas que visavam estudar e classificar os povos colonizados e nesse esforço, criou teorias que justificavam o processo de invasão de dominação dos territórios conquistados.

O continente africano no século XIX foi alvo de ações sistemáticas de exploração por parte das nações européias e, seus habitantes, foram retratados na

¹Fonte: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/05/13/interna-brasil,680301/130-anos-apos-abolicao-populacao-negra-ainda-sofre-com-a-desigualdade.shtml> Acesso em: Novembro de 2020.

narrativa da história universal enquanto seres inferiores, selvagens, intelectualmente incapazes, tornando-se o que nos aponta Figueiredo (2011) enquanto o “fardo do homem branco”, pois, tais invasores acreditavam que possuíam a missão de levar seus costumes, ciência e valores as demais nações a fim de torná-las civilizadas, conforme explicado pelo autor:

Muitos racialistas do século XIX acreditavam na existência de uma hierarquia na capacidade intelectual das raças, que se refletia nos seus feitos “civilizatórios” (como a arquitetura monumental, as artes decorativas, a escrita, a matemática, o monoteísmo e o estado territorial centralizado). Porém, não concordavam em tudo: alguns acreditavam que essas diferenças eram devidas a um “atraso” cultural e faziam coro com os evolucionistas quando diziam ser um “dever moral” europeu civilizar as “raças inferiores”; outros pensavam que os limites intelectuais estavam determinados pelo “sangue”, e que o destino dessas raças seria simplesmente o extermínio por raças mais “fortes” e “capazes”.(FIGUEIREDO, 2011. p. 11).

Tal perspectiva, difundida no século XIX teve desdobramentos em vários campos do saber e assim, vários discursos foram elaborados a partir do racismo², a fim de legitimar as práticas de dominação dos brancos descendentes dos europeus, sobre os negros descendentes de africanos escravizados.

No Brasil, várias teorias sociais foram desenvolvidas na intenção de resolver o que para as elites era o um problema ocasionado pela abolição da escravidão: a imensa população de pessoas negras na sociedade brasileira. Tal característica não condizia com os ideais de desenvolvimento e progresso perseguidos pelas nações liberais do período e assim, essa marca da experiência escravista precisaria ser solucionada.

Em seu livro: *Nem preto nem Branco, muito pelo contrário: Cor e raça na sociabilidade brasileira* (2012), Lilia Schwarcz aborda como se desenvolveu um racismo científico no Brasil, através de um ideal de embranquecimento, que viu na política imigrantista uma maneira de incentivar a vinda de pessoas brancas para o Brasil numa tentativa de, através da miscigenação, extinguir a população negra.

Sobre essa política brasileira, Amaral nos afirma:

As casas, fontes, igrejas, plantações, palácios, e tudo que demais existia foram feitos pelos trabalhadores negros. Entretanto, em um dado momento de nossa história, precisamente quando estes trabalhadores negros conquistavam a sua liberdade e requeriam os direitos de cidadãos, as elites

²É muitas vezes confundido com o racismo, mas, para melhor combater a discriminação e seus efeitos, temos que diferenciar a discriminação racial do conjunto de idéias que o justifica e lhe dá suporte e significado. Por isso, usamos o termo racismo para nos referir à noção de que a humanidade está dividida em raças que detêm características físicas e psicológicas claramente distintas.(FIGUEIREDO, 2011, p.11).

brasileiras construíram um discurso racista no qual desqualificavam o trabalhador nacional para enaltecer o imigrante branco. Por mais absurdo que possa nos parecer, essa deturpação da história brasileira vingou, e aos negros - legítimos construtores do Brasil - foram dadas as alcunhas de vadios, de desordeiros e de acomodados à escravidão, enquanto que ao imigrante branco era dado o valor de trabalhador disciplinado. Os trabalhadores negros viveram relações de exploração e de dominação específicas - diferentes das vivenciadas pelos imigrantes brancos (2011, p.59).

Tais políticas de imigração europeia que vigoraram sobretudo na década de 1930 no Brasil, tiveram seu nascimento nas teorias sociais desenvolvidas nas décadas de 1870 e 1880, no período pré-abolição onde temos a formação do Partido Republicano e o início do processo de modernização do país que vai trazer uma série de instituições científicas que, em diálogo com as teorias europeias vai vislumbrar na mão de obra e formação de colônias europeias, uma maneira de substituir o trabalho escravo no país. (AMARAL. 2011).

Quando em sua obra Gobineau³(1916-1982) faz várias críticas a miscigenação brasileira, os intelectuais brasileiros se voltam para pensar uma saída científica para essa questão da identidade nacional e com isso “predominou o racismo contra o negro na tomada de decisões para a construção da sociedade livre e a população negra foi deliberadamente destituída de sua cidadania pelo Estado brasileiro, fosse ele monarquista ou republicano” (AMARAL, 2011, p. 62).

Desta forma, intelectuais como Nina Rodrigues (1862-1906), Sílvio Romero (1851-1914) e João Batista Lacerda (1846-1915) dentre outros, fomentaram discursos de aceitação da mestiçagem racial e cultural brasileira, porém, passaram a ver no embranquecimento a saída para reparar esse mal.

A teoria do embranquecimento e a ideia de raça como marcador de uma diferenciação social que buscava identificar à população negra enquanto inferior, física, cultural e intelectualmente fez surgir uma série de medidas de higienização, repressão e controle da população negra que, por viver em situação de vulnerabilidade social, foi alvo certo das políticas médico-higienistas do período. Dessa forma, “os caracteres físicos deveriam ser modificados pela miscigenação e os

³ A obra do Conde de Gobineau, *Ensaio sobre a desigualdade humana*, publicada em 1853 na França, seria a versão mais radical do determinismo racial. Nela, ele defendia a existência de uma hierarquia racial, ao mesmo tempo em que condenava a miscigenação, pois de acordo com este, na miscigenação predominaria as características negativas da “raça inferior”. Gobineau defendia que o mestiço era um ser biologicamente inferior, com extinção prevista após poucas gerações e a solução do problema racial do Brasil, para ele, seria o incentivo à imigração e o não-cruzamento entre raças (AMARAL, 2011, p. 61).

traços culturais pela repressão. Assim, manifestações culturais de origem africana como a prática de religiões afro-brasileiras, os sambas e a capoeira sofreram duras perseguições nesse período” (idem, p.64).

Tais medidas republicanas contra o povo negro não foram vivenciadas de forma pacífica, as políticas públicas cunhadas no racismo científico foram enfrentadas pela população negra brasileira através de inúmeras revoltas em prol de seus direitos à cidadania. Dentre os principais movimentos sociais contra as políticas públicas que os afetavam diretamente, ocorridos nos primeiros anos da República podemos citar, A Guerra de Canudos (Bahia, 1896-1897) a Revolta da Vacina (Rio de Janeiro, 1904) e a Revolta da Chibata (Rio de Janeiro, 1910)⁴.

2.1 Movimento negro e a luta por uma educação inclusiva: caminhos até a lei 10.639 (1930-2003).

Por muito tempo a população negra teve sua história negada e silenciada. Para que hoje tivéssemos acesso ainda que de forma tímida à essa história no currículo escolar, foram necessárias muitas lutas, e para entendermos este processo, iremos aqui fazer um breve levantamento dos caminhos que tiveram que ser percorridos em prol de uma educação que fosse mais justa e igualitária.

Na década de 1930, mais precisamente no ano de 1931 na cidade de São Paulo surgiu uma das mais importantes e conhecidas organizações negras do Brasil, a Frente Negra Brasileira (FNB), essa organização embora não atuasse direcionada para o campo da educação foi muito importante, pois, tinha como princípio lutar para que o negro pudesse ocupar todos os setores da sociedade, conquistando espaço que antes era direcionado quase que exclusivamente aos brancos, a FNB se expandiu por todo o país, e na educação a FNB enxergava um meio para superar o atraso causado pela desigualdade entre negros e brancos.

Essa entidade chegou a desenvolver um valioso trabalho social e cultural, podemos destacar dentre essas ações, a criação de escolas e de grupos teatrais além, da publicação de periódicos intitulados: “A Voz da Raça” (1933-1937), nesses periódicos foram publicadas, por exemplo, falas que incentivavam as famílias a

⁴ Para maiores informações ver: Racismo científico, políticas públicas e revoltas sociais. In: Amaral, Sharyse Piroupo do. História do negro no Brasil / Sharyse Piroupo do Amaral. – Brasília: Ministério da Educação. Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Salvador: Centro de Estudos Afro Orientais, 2011, (p 59-78).

matricular seus entes nas escolas, afim de promover uma formação educacional, já que essa era vista como um instrumento de inclusão social, uma ferramenta capaz de atenuar as desigualdades enfrentadas pelos negros.

O autor Petrônio Domingos (2008) nos aponta que a FNB enxergava a educação da seguinte forma: “Acreditava-se que os negros, na medida em que progredissem no campo educacional, seriam respeitados, reconhecidos e valorizados pela sociedade mais abrangente. A educação teria o poder de anular o preconceito racial e, em última instância, de erradicá-lo” (p.7, 2008).

Durante a década de 1930 que vivemos o que ficou conhecido como A Era Vargas⁵ (1930-1945), ocorreram algumas mudanças na área da educação, como a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, Reforma do Ensino Secundário e do Ensino Superior, Manifesto dos Pioneiros pela Educação Nova, Constituição Federal de 1934 e Projetos de reforma educacional oriundos da sociedade civil.

Embora tenha ocorrido todas essas alterações e mudanças no cenário educacional, nenhuma medida chegou a tratar das especificidades relacionadas à educação para as pessoas negras.

Em dezembro de 1937 um decreto de lei foi responsável por extinguir os partidos políticos existentes e proibir a criação de novos, isso fez com que o movimento negro perdesse a sua força já que esse atuava com certo teor político. Só algum tempo depois foi que esse movimento criou forças novamente, como nos afirma Almeida e Sánchez:

Foi somente no final do Estado Novo que os movimentos sociais negros começaram a retomar sua atuação. Mantendo a educação como prioridade de suas reivindicações, voltaram a oferecer escolas de Educação Básica, que continuaram sendo o principal foco de atuação, mas também passaram a preocupar-se, embora de forma embrionária, com a cobrança de provisão de educação escolar gratuita pelo Estado, bem como com o acesso de negros ao Ensino Superior e com a permanência destes nos estabelecimentos de ensino, em todos os níveis educacionais. (2016, p. 240).

Nesse caminho de lutas por uma educação que englobasse as questões relacionadas a educação dos negros, outro grupo também se destacou, o Teatro Experimental Negro (TEN). O Teatro Experimental Negro teve como liderança e fundador Abdias do Nascimento.

⁵ Período em que o Brasil ficou sendo governado por Getúlio Vargas após o então presidente Washington Luís ser deposto do cargo.

Abdias nasceu no estado de São Paulo, na cidade de Franca em 1914, era neto de africanos que foram escravizados e além de ser o fundador do TEN participou também da Frente Negra Brasileira.

O TEN foi criado em 1944 com a proposta de haver uma valorização do negro no setor cultural, na dramaturgia, mais também atuando com caráter educador, visto que, esse também acaba por promover a alfabetização do elenco, estratégia que pode ser adotada nos dias de hoje, utilizando-se do que despertar o interesse do aluno como a arte por exemplo e usando isso a favor da educação. “O projeto do Teatro Experimental do Negro – TEN engloba o trabalho pela cidadania do ator, por meio da conscientização e também da alfabetização do elenco, recrutado entre operários, empregadas domésticas, favelados sem profissão definida e modestos funcionários públicos” (<https://www.geledes.org.br/teatro-experimental-negro-ten/>, 2011. Acesso em: Novembro de 2010).

Além de promover a alfabetização dos próprios companheiros de grupo, essa instituição realizava uma agenda cultural em prol da cultura negra, ou seja, esse grupo ia além das atuações teatrais, promovendo também conferências e congressos. O grupo foi muito importante para o movimento negro brasileiro e sua contribuição foi fundamental para os campos da educação e cultura.

A proposta original era formar um grupo teatral constituído apenas por atores negros, mas progressivamente o TEN adquiriu um caráter mais amplo: publicou o jornal Quilombo, passou a oferecer curso de alfabetização, de corte e costura; fundou o Instituto Nacional do Negro, o Museu do Negro; organizou o I Congresso do Negro Brasileiro; promoveu a eleição da Rainhada Mulata e da Boneca de Pixe; tempo depois, realizou o concurso de artes plásticas que teve como tema Cristo Negro, com repercussão na opinião pública. Defendendo os direitos civis dos negros na qualidade de direitos humanos, o TEN propugnava a criação de uma legislação antidiscriminatória para o país. (DOMINGOS, 2007, p. 109).

Em 1946 uma nova constituição ia ser promulgada, sabendo disso, em 1945 o movimento negro criou um texto com uma série de reivindicações em várias áreas, era o fim do Estado Novo e o país passava por uma redemocratização, o momento era oportuno para fazer essas reivindicações, porém, apesar disso, nenhuma delas foi atendida, o texto em questão foi chamado de *Manifesto de defesa da democracia*.

Em 1950 foi realizado o primeiro Congresso do Negro Brasileiro, esse evento foi um dos eventos promovidos pelo TEN, durante esse evento foi debatido e pensado sobre a questão da inclusão da história da África, dos africanos e sua participação na construção da sociedade brasileira no ensino, mas para isso, seria necessário reivindicar e buscar pôr em prática junto ao poder público, atuando assim de forma

direta na reestruturação da educação, de uma educação mais democrática, inclusiva e menos eurocêntrica.

Além do Congresso, anteriormente também foram feitas a Convenção Nacional do Negro em 1945-1946 e a Conferência Nacional do Negro em 1949.

Uma grande vitória foi alcançada no ano de 1961, nesse ano um ponto diretamente ligado as lutas e inquietudes do movimento negro brasileiro foi tocado, nesse ano foi publicada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a LDB regulariza e define a educação brasileira com base nos princípios da constituição, o preconceito racial é um dos pontos mencionados:

Título I – Dos Fins da Educação Art.1º, alínea g - A Educação nacional inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana tem por fim.

Alínea g- A condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como a quaisquer preconceitos de classe ou de raça.

Apesar das conquistas que o movimento negro obteve através de árduas lutas e reivindicações, em 1964, o MN teve que lidar novamente com um enfraquecimento, pois, com o início da ditadura militar o movimento negro mais uma vez se desarticulou e perdeu força. Porém, no final da década de 1970 esse movimento começou a se reorganizar, e ressurgiu como Movimento Negro Unificado, o ato que culminou nessa reorganização foi à discriminação racial que havia sendo propagada nesse período, um exemplo disso foi a discriminação racial sofrida por quatro garotos do time infantil de voleibol no Clube de Regatas Tietê.

O dia dado como data inaugural dessa reorganização do Movimento Negro, agora Movimento Negro Unificado (MNU) foi sete de julho de 1978 onde ocorreu uma manifestação nas escadarias de um teatro na cidade de São Paulo, contendo cerca de duas mil pessoas, foi durante esse processo de reorganização que o movimento começou a incorporar problemáticas de outros grupos que também lutavam por direitos.

Em 1980 o MNU aparece novamente com propostas para o campo da educação, dessa vez, as propostas foram criadas por pessoas do departamento de sociologia da Universidade Federal da Bahia, dentre as propostas estava a nova maneira de tratar a história do negro, agora sob três principais aspectos: o africano escravizado no Brasil, o negro liberto e os africanos e afro descendentes contemporâneos.

O movimento negro em um dos seus eventos em 1986 elaborou novamente um texto com algumas reivindicações e mais uma vez essas inquietudes e ânsias presentes no que estava prescrito no texto não foram levadas em consideração, mas uma vez essas propostas foram entendidas como questões a serem tratadas em outro corpo de leis que não fosse a legislação.

No ano de 1996 uma nova LDB estava sendo pensada e mais uma vez o movimento negro foi em busca de avanços na área da educação, levando propostas e levantando questões, mas novamente foram recusadas sob o mesmo argumento de que se tratavam de questões específicas, mesmo não sendo atendidas as muitas das reivindicações feitas pelo movimento, a comunidade negra agora MNU não parou de lutar para a melhoria da educação formal, na tentativa de que a educação abarcasse também a parcela negra da nossa sociedade.

Outro importante momento da luta em prol da educação foi a Marcha Zumbi, feita em 20 de novembro de 1995, essa marcha Zumbi contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida reuniu cerca de 30 mil pessoas em Brasília, o ato marcava os 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares, importante símbolo de resistência negra, nessa marcha foi novamente entregue um documento com uma série de levantamentos e reivindicações, dessa vez o documento foi entregue a Fernando Henrique Cardoso, então Presidente da República.

Ainda nesse mesmo período foi divulgado um levantamento que mostrava a disparidade escolar entre negros e brancos, a divulgação desses dados fez com que a causa negra tivesse voz, graças a isso, esse grupo alcançou algumas importantes e significativas conquistas, como por exemplo, a revisão dos livros didáticos a partir do ano de 1993 por meio do Programa Nacional do Livro Didático com o intuito de que os livros não fossem mais um instrumento de propagação de ideias deturpadas e estereotipadas.

Depois da revisão dos livros didáticos um outro importante e muito significativo marco nessa luta educacional envolvendo a comunidade negra brasileira foi à criação da lei 10.639 no ano de 2003, essa lei foi uma das vitórias mais importantes para essa luta social travada durante tanto tempo e ambas que permanecem viva até hoje tanto a lei quanto a luta, apesar das inúmeras tentativas de silenciamento.

2.2 A lei 10.639 e seus desdobramentos

A lei 10.639/03 é fruto de uma série de lutas e muitas reivindicações por parte do movimento negro brasileiro, mas o que possibilitou em especial a criação dessa lei foi um evento internacional, entre agosto e setembro do ano de 2001 em Durban na África do sul, o Brasil foi um dos muitos países a participar, se tratava da I Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância.

Ao final desse evento o Brasil se comprometeu a contribuir na luta para a erradicação do racismo, xenofobia e outras formas de intolerância que acaba por ferir a existência das pessoas negras, o resultado disso foi a referente lei citada acima, a lei 10.639 sancionada em 5 de janeiro de 2003 pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva, a lei tornou obrigatório o ensino da história africana e afro-brasileira no nível básico, ou seja, no ensino fundamental e médio de todo o país, em instituições de ensino públicas e privadas.

A luta dos negros no campo da educação não parou com a promulgação da lei, mas permanece viva até hoje, outras vitórias conquistadas por esse movimento são a lei 12.711 do ano de 2012, a lei 12.990 de 2014 e a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da igualdade racial (SEPPIR).

A lei 12.711 de 29 de agosto de 2012 trata-se da lei de cotas, essa lei destina 50% das vagas dos estabelecimentos de ensino superior e técnico de caráter federal a alunos que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, dentro desses 50% ainda devem ser consideradas a renda familiar dos estudantes, vale salientar que grande parte do público das escolas públicas são alunos negros e pardos.

A lei 12.990 de 9 de junho de 2014 trata a questão das cotas, mas agora em relação a concursos públicos federais, essa lei faz com que uma porcentagem das vagas desses concursos seja destinada aos negros, nesse caso 20% das vagas. Medidas como as leis 12.711 e 12.990 fazem com que seja combatido o que chamamos de racismo estrutural.

Os Parâmetros curriculares nacionais (PCNs), trazem a pluralidade cultural como sendo um dos temas transversais, ou seja, tema de relevância para o conhecimento do educando enquanto aluno e enquanto cidadão, logo, o ambiente escolar lugar propício para a desconstrução de estereótipos e formação de cidadãos

mais conscientes. Vejamos o que o documento PCN produzido pelo MEC nos relata sobre isso:

Há muito se diz que o Brasil é um país rico em diversidade étnica e cultural, plural em sua identidade: é índio, afrodescendente, imigrante, é urbano, sertanejo, caipira, caipira... Contudo, ao longo de nossa história, têm existido preconceitos, relações de discriminação e exclusão social que impedem muitos brasileiros de ter uma vivência plena de sua cidadania. O documento de Pluralidade Cultural trata dessas questões, enfatizando as diversas heranças culturais que convivem na população brasileira, oferecendo informações que contribuam para a formação de novas mentalidades, voltadas para a superação de todas as formas de discriminação e exclusão. (PCN, 1997, p. 15).

Além dos PCNs, podemos encontrar esses temas como em outros documentos a nível nacional ligados a educação como é o caso da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que entre outros temas contemporâneos traz a diversidade cultural, abarcando dessa forma as questões ligadas à cultura afro-brasileira no ambiente escolar.

Mesmo tendo conteúdos como esses que dizem respeito à pluralidade cultural presente em nosso país, e a presença de leis que tornam obrigatória a abordagem desse assunto, ainda enfrentamos vários desafios para a aplicação da temática, como material didático precário no que condiz sobre a forma que é abordada o tema, além de tantos outros percalços como uma formação deficiente dos professores, tendo em vista que muitas universidades em seus cursos de licenciatura acabam por abordar o assunto de forma superficial, fazendo com que os futuros professores não sintam confiança suficiente para trabalhar o tema da maneira aprofundada.

Não basta apenas que os livros didáticos abordem a temática História da África e cultura afro-brasileira, é necessário um exercício de formação continuada para que professores e professoras possa, traçar debates que problematizam questões que reflitam as demandas da sociedade, promovendo conteúdos atualizados e pertinentes ao debate racial, desconstruindo narrativas eurocêntricas e estereotipantes.

3 O CINEMA COMO INSTRUMENTO DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: UMA ANÁLISE DO FILME: QUE HORAS ELA VOLTA?

Cada vez mais os recursos audiovisuais vem ganhando espaço no nosso dia-a-dia, o cinema é um deles. Ele atua como uma forma de expressão cultural e pode retratar realidades sociais, fatos históricos, entre outras possibilidades, podendo assim ser encarado como uma ferramenta aliada da educação.

No ambiente escolar, o cinema se consolidou como uma valiosa ferramenta que auxilia no processo de ensino aprendizagem, sendo um importante aliado nas aulas de história, tornando o processo de ensino mais dinâmico.

O recurso audiovisual pode ser uma importante ferramenta, proporcionando o aprendizado por meio do lúdico, a fim de ampliar as metodologias e possibilidades de aprendizagem e ensino, contribuindo para o desenvolvimento intelectual do aluno, além da compreensão e assimilação dos conteúdos, de modo a motivá-lo e aproximá-lo da realidade (CARVALHO, 2017, p.3).

Mas não é de hoje que a arte cinematográfica foi vista como uma potencial ferramenta a ser utilizada no campo da educação, no Brasil em 1936, meado do século XX foi criado o Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE) e tinha a frente dele nos anos iniciais Edgard Roquette Pinto, brasileiro que atuou em diversas áreas, sendo ele medico, antropólogo, radialista, escritor, chegou a ser também um importante nome no campo da educação fazendo parte do Movimento de renovação educacional do Brasil.

Esse movimento acreditava que a educação seria o único instrumento eficiente para a construção de uma sociedade democrática, e que é essencial considerar as diversidades,além de respeitar a individualidade do sujeito, capaz de inserir se e refletir sobre essa sociedade a qual faz parte.

O INCE foi criado e utilizado de maneira estratégica pelo Estado atuando como instrumento no despertar e exaltação do nacionalismo, além do cinema ser símbolo de modernidade ele serviria como uma ferramenta pedagógica para a população iletrada que nesse período era uma grande parcela da população, o instituto durou cerca de três décadas e nesse período produziu mais de quatrocentas obras, grande maioria delas dirigida pelo cineasta mineiro Humberto Mauro, as atividade do INCE

foram encerradas por completo durante os anos iniciais da ditadura militar de 1964.

O cinema foi e continua sendo uma rica expressão artística que pode contribuir de maneira expressiva na área da educação, através de produções cinematográficas o professor pode conduzir o aluno a observar a dinâmica em que a sociedade estava ou está organizada e estruturada, tomar conhecimento de movimentos sociais, de fatos históricos e vários outros aspectos sociais e culturais.

Através do filme podemos observar nos seus personagens a distribuição dos papéis sociais e os esquemas culturais que identificam os seus lugares na sociedade. As lutas, reivindicações e desafios presentes no enredo e os mais diversos grupos envolvidos nessas ações. O modo como aparece representada a organização social, as hierarquias e as relações sociais. Como são percebidos e mostrados pelos cineastas: lugares, fatos, eventos, tipos sociais, relações entre campo e cidade, rico e pobre, centro e periferia, etc." (MEIRELLES, 2004, p.79).

Outro benefício do seu uso em sala de aula é justamente despertar ou aguçar o gosto cultural dos educandos, também contribui no processo de socialização no qual o ambiente escolar está inserido, suplementando assim esse dinamismo e sendo ele tão importante quanto outros já popularizados em ambiente escolar como por exemplo as obras literárias.

O mundo do cinema é um espaço privilegiado de produção de relações de 'sociabilidade', no sentido que Simmel dá ao termo, ou seja, forma autônoma ou lúdica de 'socialização', possibilidade de interação plena entre desiguais, em função de valores, interesse e objetivos comuns. Ver filmes é uma prática social tão importante, do ponto de vista da formação cultural e educacional das pessoas, quanto a leitura de obras literárias, filosóficas, sociológicas e tantas mais [...] determinadas experiências culturais, associadas a uma certa maneira de ver filmes, acabam interagindo na produção de saberes, identidades, crenças e visões de mundo de um grande contingente de atores sociais" (DUARTE, 2004 p.17 -19)

Mas para que se possa extrair dessa ferramenta todo o seu potencial pedagógico se faz necessário que aja previamente um preparo por parte do educador, um dos cuidados que se deve tomar é ao escolher uma obra cinematográfica é atentar se para a faixa etária a qual a obra é indicada.

A disciplina de História é uma das muitas disciplinas que pode ter conteúdos abordados e ilustrados através de filmes, principalmente por que se beneficia com uma gama de obras que retratam um passado histórico, porém, quando se trabalha com esse segmento se faz necessário atentar para o que chamamos de anacronismo, que nada mais é que atribuir valores ou costumes de uma determinada época em outra, de forma descompassada, causando assim um erro cronológico, isso pode acabar interferindo e contribuindo para que os alunos tenham uma interpretação equivocada

a cerca de algumas convicções passadas.

Outro aspecto importante ao se trabalhar com filmes em sala de aula é o fato de que toda obra parte de um lugar, de um olhar de seu autor, portanto, alguns os filmes apesar de abordarem recortes históricos e sociais, estes são desenvolvidos a partir de anseios e escolhas de quem o produziu, portanto, é necessário que o professor esteja atento e estimule uma análise mais crítica em seus alunos acerca da obra escolhida para ser trabalhada.

Através de produções cinematográficas o aluno pode observar a dinâmica em que a sociedade estava ou está organizada e estruturada, tomar conhecimento de movimentos sociais, de fatos históricos e vários outros aspectos sociais e culturais.

Através do filme podemos observar nos seus personagens a distribuição dos papéis sociais e os esquemas culturais que identificam os seus lugares na sociedade. As lutas, reivindicações e desafios presentes no enredo e os mais diversos grupos envolvidos nessas ações. O modo como aparece representada a organização social, as hierarquias e as relações sociais. Como são percebidos e mostrados pelos cineastas: lugares, fatos, eventos, tipos sociais, relações entre campo e cidade, rico e pobre, centro e periferia, etc.” (MEIRELLES, 2004, p.79).

Tomando o filme enquanto uma ferramenta útil no processo de ensino e aprendizagem buscamos analisar o filme “*Que Horas Ela Volta?*”, pensando em como esta produção pode ser usada para o debate sobre questões como o legado escravista que permeia nossa sociedade, e como tal herança ainda estabelece os papéis sociais que separam a elite para branca da população preta e mestiça, representações estas que permeiam o imaginário coletivo da população.

Apresentando ao alunado as estruturas presentes em nossa sociedade que contribuem para a permanência da desigualdade racial e social que muitas vezes passam despercebidas por já estarem naturalizadas, suscitando reflexões e promovendo a desconstrução dessa naturalização.

A produção cinematográfica *Que Horas Ela Volta?* Trata-se de um longa-metragem brasileiro lançado em agosto de 2015, dirigido pela cineasta Anna Muylaert. O filme tem duração de uma hora e quarenta e oito minutos, inicialmente ao ser lançado não supriu as expectativas de bilheteria, vendendo poucos ingressos nas salas de cinema, mas pouco tempo depois mudou esse cenário e teve um aumento significativo de público se consolidando como um grande sucesso nacional.

Essa produção ainda ultrapassou as fronteiras nacionais e fez sucesso

gigantesco, isso fez com que seus direitos de exibição fossem vendidos para cerca de 22 países, das mais variadas regiões do globo, como países europeus e asiáticos. O longa participou também de alguns festivais e foi premiado em dois: festival Sundance e o de Berlim, além disso também foi escolhido pelo Ministério da Cultura para representar o Brasil no Oscar na categoria de filme estrangeiro, em 2016.

O filme tem como enredo a história de vida da Val, interpretada pela atriz brasileira Regina Casé, Val é uma mulher nordestina que devido a sua condição social sente a necessidade de sair da sua terra para poder trabalhar e assim possibilitar a sua filha Jessica condições de vida melhores que a sua. Ela deixa Jessica sob os cuidados de parentes no Nordeste e parte rumo à capital paulista, em busca de emprego e com esperanças de dar à filha a chance de ter um futuro.

Ao chegar em São Paulo, Val consegue emprego como doméstica na casa de uma família de classe média, moradores do bairro do Morumbi-SP. No primeiro momento ao chegar nessa residência, Val, passa a trabalhar intensamente se desdobrando entre cuidar de Fabinho, único filho do casal, servir aos patrões e ainda executar os afazeres domésticos.

Val além de trabalhar também morava na casa dos patrões, ocupava um quarto pequeno no fundo da casa, ela não tinha horário delimitado de serviço, sem hora pra começar e/ou terminar sua jornada de trabalho, acordava antes dos patrões para servi-los e só dormia depois deles, realidade bem conhecida pela maioria das empregadas domésticas de nosso país.

No começo da trama, a empregada até então não questiona em nenhum momento essa relação de trabalho, naturalizando essa rotina de serviço. Porém, depois de quase duas décadas trabalhando neste regime, Val pede para receber sua filha na casa dos patrões. Jéssica, agora uma jovem, ao reencontrar sua mãe, e por vir de outra realidade, passa a questionar esse lugar de subserviência ocupado por sua Val. Jéssica, é recebida em São Paulo como se “fosse da família” mas, ao se comportar como tal, passa a ter sua postura questionada pelos patrões de sua mãe e a ser repreendida por Val por não se comportar de forma a obedecer a posição que lhe cabe, a de filha da empregada.

O filme inicia-se com uma cena em que Val está com Fabinho, ainda criança, brincando no jardim onde está localizada a piscina, Fabinho então pede para que Val nade com ele na piscina, ela logo se recusa, usando a desculpa de

que não tem um maiô para mergulho.

Figura 1 – Cena inicial do filme em que Val e Fabinho estão na beira da piscina



Fonte: Que Horas Ela Volta?, 2015,
2min31seg.

Mais no decorrer do enredo do filme é explicitado o motivo dessa recusa, Val reconhece aquela piscina como símbolo da delimitação dos espaços que podem ou não ser ocupados por pessoas de uma classe social como a dela, isso fica claro em uma cena em que Jessica pergunta a sua mãe se ela já entrou naquela piscina e Val responde, “eu vou nadar na piscina da casa dos outros Jessica?”

Esse limite reconhecido por Val, mesmo ela sendo considerada como da família, demonstra a maneira como as relações e lugares sociais estabelecidos pela segregação racial está cristalizada no inconsciente das pessoas, tal fenômeno é definido por Sueli Carneiro (2020) como um legado da escravidão. Esse legado faz com que a elite branca se perpetue estabelecendo os papéis sociais para brancos e pretos, fato que acontece desde o período colonial.

Em um outra cena, podemos perceber o afeto maternal que Val tem por Fabinho, como já dito acima ao chegar em São Paulo ela irá trabalhar exercendo inúmeras funções numa casa de classe média, uma dessas funções é a de babá, cuidando de Fabinho, ela desenvolveu uma relação afetiva com o menino,

transferindo para ele parte do afeto que deveria ser destinado a sua filha, isso pode ser observado em algumas cenas durante o filme, como podemos observar nas imagens abaixo:

Figura 02: Val com Fabinho já adolescente no colo, fazendo um cafuné no rapaz.



Cartaz de divulgação do filme. Fonte: Site Adoro cinema(2015)

Figura 3 – Val com Fabinho após ele não conseguir dormir e ir buscar alento na empregada que o criou.



Fonte: Que Horas Ela Volta?, 2015, 0h37min47seg.

Podemos perceber que tal função desempenhada por Val, pode ser entendida enquanto uma continuação das relações de exploração que aconteciam durante o período da escravidão, onde mulheres escravizadas era forçada a abandonar seus filhos a própria sorte, para se dedicar integralmente aos cuidados dos filhos e das famílias dos seus senhores, isso quando não tinham seus filhos arrancados para serem comercializados como escravos.

Ainda na primeira parte do filme Val recebe um telefonema de sua filha, que liga para comunicá-la que está indo para São Paulo, prestar vestibular. Na sequência, no dia do aniversário de sua patroa, que se chama Bárbara, Val vai parabenizá-la e entregar um presente que comprou com muito esforço, um conjunto de xícaras pretas e brancas que faz par com uma garrafa térmica de café. Ao abrir o presente a patroa esboça um sorriso amarelo e pede para Val guardar o presente para ser usado em uma ocasião especial, mas a verdade é que por se tratar de um presente simples e de preço popular nunca iria ser utilizado.

Aproveitando o momento, Val pergunta a sua patroa se pode receber Jéssica em seu quarto durante alguns dias, quarto esse que é minúsculo e que fica nos fundos da casa.

Jéssica ao chegar, critica o lugar de subalternidade que sua mãe é colocada, o que incomoda a mãe. Vemos neste momento, que Jessica pertence a uma geração de jovens que puderam vislumbrar na educação, um meio de inserção social, diferente de sua mãe. Em uma das falas da personagem Jessica, ela menciona que um de seus ex-professores de história a instigou a perceber o mundo de uma forma crítica, instigando assim os alunos a romperem com certos padrões sociais.

Quando Val apresenta sua filha aos patrões inicia-se um diálogo, no desenrolar da conversa Bárbara pergunta para qual curso Jessica vai prestar vestibular, ela responde o curso escolhido é arquitetura e urbanismo, escolha ironizada por Bárbara, pois, por tratar-se de uma jovem pobre, oriunda de escola pública, era uma enorme ousadia uma filha de doméstica querer disputar uma vaga em uma Faculdade no Sudeste do país, em um curso considerado um dos mais disputados.

Para Bárbara, além de ser petulante, Jéssica não terá a menor chance, visto que pela convenção social, apenas os “bem nascidos” devem ter acesso à educação superior e ocupar tais cargos na sociedade. Além disso, o filho dela, que também vai prestar vestibular para o mesmo curso e na mesma universidade, terá chances reais de ser aprovado, repetindo assim, o lugar que lhe cabe na sociedade.

Figura 4 – Jessica sendo apresentada à família para qual sua mãe presta serviços.



Fonte: Que Horas Ela Volta?, 2015, 0h36min46seg.

É importante frisar a situação de naturalização que Val encara a hierarquia e regras da casa, sem questionar a sua relação de trabalho, para que não haja conflitos entre ela e os patrões, mantendo uma falsa e superficial sensação de cordialidade e

benevolência, por parte dos patrões. Isso fica evidente quando a patroa permite que a filha de Val fique com ela no quarto da empregada enquanto Val não encontra uma casa para alugar, isso faz com que os patrões ocupem um papel de senhores benevolentes, quando na verdade não são.

Quando Jessica chega na casa da família de classe média, ela questiona o porquê de não poder sentar na mesa que os patrões sentam, não poder entrar na piscina ou até mesmo ocupar o quarto de hóspedes da casa. Enquanto Jessica levanta inquietações e indagações sobre determinadas regras e padrões de comportamentos, sua mãe fica impaciente e desconfortável ao ver a filha tentar quebrar tais regras.

Podemos perceber isso na cena em que Val é questionada pela filha sobre esse comportamento repressor do qual ela responde: “A pessoa já nasce sabendo o que pode e o que num pode. Tu parece que é de outro planeta”.

Embora para Val todo mundo já deve nascer sabendo o que pode e o que não pode, os lugares que deve ocupar ou não, sua filha não enxerga a vida dessa forma, Jessica começa a comer na mesa junto com os patrões da sua mãe, se muda para o quarto de hóspedes, fazendo com haja uma rachadura na estrutura social que já estava formada e solidificada. Jessica, ao fazer isso, põe em xeque os padrões de servidão pré estabelecidos socialmente e ao se colocar em pé de igualdade com os membros da casa, passa a causar um extremo incômodo em Bárbara.

Figura 5- Jessica se divertindo na piscina após Fabinho e um amigo joga-la dentro.



Fonte: Que Horas Ela Volta?, 2015, 1h0min54seg.

Ao se deparar com a filha da empregada dentro da piscina, Bárbara fica enfurecida e imediatamente liga para a pessoa responsável pela manutenção da piscina e manda esvaziá-la, mas a frente em uma outra cena Bárbara pede para que Val peça para sua filha desocupar o quarto de hóspedes, frisando ainda por duas vezes que seja desocupado naquele mesmo dia, como justificativa para isso ela afirma que uma amiga vai lhe fazer uma visita e ficará hospedada em sua casa.

O incômodo que Jessica causa na patroa de sua mãe é tanto que depois ela pede para que a empregada certifique de que sua filha fique apenas da porta da cozinha pra fora, isso faz com que Jessica não aceitando essa situação de subserviência imposta por Bárbara vá embora da casa, essa situação decorre na véspera da prova do vestibular que tanto ela, quanto o filho de Bárbara irá prestar.

Quando sai o resultado da primeira fase do vestibular a filha de Val, faz uma alta pontuação e liga para contar essa novidade a sua mãe, enquanto o filho de Bárbara não passa, isso causou uma estranheza em Bárbara, que até então não está acostumada a ver pessoas de uma camada pobre ocupando lugares que antes era destinados apenas a elite branca da qual ela faz parte, pessoas como Jessica ascendendo socialmente despertam na elite a qual Bárbara está inserida ódio as políticas afirmativas.

O fato de Jessica ter passado na primeira etapa do vestibular despertou em Val uma intensa alegria que fez com que ela começasse a perceber a situação de trabalho em que ela estava inserida naquela casa. Depois de receber a notícia e contar para todos, ela vai até a piscina, quase seca, pois para que Jessica não mergulhasse a patroa de sua mãe tinha mandado esvaziá-la.

Ao caminhar ao redor da piscina, Val decide entrar pela primeira vez e molhar os pés com a pouca água que ainda restava ali, nesse momento ela liga para sua filha para contar que pela primeira vez tinha entrado naquela piscina. Essa é uma cena carregada de simbolismo, pois, ao questionar a ordem e usufruir de um bem que antes lhe era vetado, Val se empodera e toma consciência da situação de exploração e segregação a que ela estava se sujeitando, e a partir disso ela começa a transgredir.

Figura 6 – Val dentro da piscina telefonando para sua filha.



Fonte: Que Horas Ela Volta? , 2015, 1h29min47seg.

Através do desenrolar do enredo do filme e de algumas cenas que foram pontuadas anteriormente podemos perceber o quanto esse longa aborda questões que permeiam nossa sociedade na contemporaneidade, trazendo diversos elementos que representam o legado da escravidão, legado esse que permanece vivo nas estruturas sociais, como o quarto da empregada por exemplo e o ódio sentido por grupos da elite ao verem os espaços que lhes eram exclusivos sendo ocupados por pessoas de grupos tidos por eles como subalternos.

Podemos tomar o quarto da empregada como o simbolismo moderno do que no passado foi as senzalas, simbolizando uma releitura moderna desse espaço, fazendo obviamente as devidas ressalvas para não cometermos anacronismos.

Se no passado a senzala era um lugar de infraestrutura precária e afastado da casa grande, hoje o quarto da empregada na maioria dos lares brasileiros de classe média seguem esses mesmos requisitos, tanto a senzala como o quarto da empregada é um símbolo de segregação tanto social quanto espacial, deixando postas de forma velada, as hierarquias existentes.

Nas palavras de Djamila Ribeiro: “Quando estudamos a história do Brasil, vemos como esses e outros dispositivos legais, estabelecidos durante e após a

escravidão, contribuem para a manutenção da mentalidade ‘casa-grande e senzala’ no país em que, nas senzalas e nos quartos de empregadas, a cor foi e é negra”. (RIBEIRO, p.10, 2019)

Dessa maneira, o filme: *Que Horas Ela Volta?* nos possibilita realizar o levantamento de uma série de questões sobre a herança que o nefasto período de escravidão nos deixou, os resquícios que ainda permanecem na sociedade, além de, torna esse aprendizado dinâmico, no qual o aluno precisa exercitar seu senso crítico para perceber as questões abordadas no filme.

Segundo a historiadora Michelly Cordão (2016), Jessica simboliza uma geração de jovens que, mediante ao acesso à educação inclusiva e questionadora, possuem a consciência de que são sujeitos livres das relações de servidão que o contexto de pobreza impôs aos seus pais. Ao analisar a personagem, a autora afirma que:

A personagem que faz sua filha romper com a hierarquia aristocrática naturalizada pelos patrões e pelos grupos sociais que eles representam. Ela desnaturaliza, colocando em questão um sistema social que reproduz o modelo da “casa grande e senzala” e que define o lugar da empregada doméstica como sendo o “quartinho dos fundos”, de onde não haveria possibilidades de se emancipar. A possibilidade de emancipação pela filha, suscitada pela aprovação no vestibular, no qual o filho da patroa é reprovado, produz a surpresa e o chamado de ódio à democracia nos patrões que se sentem incomodados com a ascensão social e a possibilidade de ampliação do acesso aos recursos simbólicos que permitem uma disputa mais igualitária ou menos desigual por espaços na sociedade. A democracia, para eles, deveria ser um privilégio de poucos que, como eles, compõem parte de uma sociedade conservadora que terceiriza a exclusão de grupos sociais atribuindo-a ao suposto “fracasso” individual decorrente do que chama de “justiça” meritocrática. Essa é uma daquelas “verdades” forjadas pelas elites privilegiadas desde a formação da nação brasileira com a intenção de imporeu domínio simbólico, político e econômico (CORDÃO, 2016, p. 1-2).

Esse assunto é abordado no filme quando acontece o episódio citado acima, a filha da empregada consegue a vaga no vestibular, vaga essa que antes era destinada quase que exclusivamente a pessoas com maior poder aquisitivo, por terem tido oportunidades de ter uma educação de melhor qualidade, é por esse ódio à democracia que a elite utiliza-se do racismo como instrumento de manutenção da desigualdade, fazendo com que essa elite branca siga no papel de agente determinante do lugar social que cada um deve ocupar.

Também é possível observar no filme a questão da miscigenação tendo em vista que Val é negra (segundo o IBGE, negros são a soma dos indivíduos

que se declaram pretos com aqueles que se declaram pardos), sua filha jessica é branca pois deve ser filha de um homem branco, mas o filho de jessica também é negro.

Além de tudo o que foi dito acima esse longa metragem ao ser trabalhado na disciplina de história traz um diferencial que é justamente a fuga do óbvio e comum que são os filmes que retratam os acontecimentos históricos de forma meramente narrativa, o que muitas vezes não prende a atenção do aluno por ser encarado com algo que já aconteceu e que não interfere hoje na sua vida, essa obra faz justamente o oposto mostra o quanto ainda temos resquícios do passado no presente, o quanto ainda infelizmente carregamos raízes de uma herança escravocrata.

Que Horas Ela Volta é bem diferente do tipo de filme comumente usado nas aulas de história, trata-se de um filme atual e por ser um filme atual pode ser usado para fazer a ponte passado e presente. Para que o estudante possa conseguir fazer essa conexão passado presente seria interessante a intervenção do professor que antes, durante ou após a exibição do filme pode fazer questionamentos e comentários sobre a obra cinematográfica e o contexto de escravidão e pós escravidão, sempre com a cautela devida para que não haja interpretações equivocadas por parte dos alunos, evitando assim anacronismos.

Esse filme pode ser usado de maneira estratégica para se trabalhar vários temas, desde a discussão sobre o trabalho doméstico no Brasil e suas raízes na escravidão, até as desigualdades sociais, o racismo velado e acomodado na sociedade, a questão da meritocracia, o debate sobre as políticas públicas afirmativas dentre outros problemas que aparecem no enredo.

A partir dessas e outras discussões que esta obra cinematográfica suscita, vemos o seu uso em sala de aula como um importante instrumento para o fomento do debate de temas urgentes em nossa sociedade. As questões ligadas ao racismo, a desigualdade social, ao genocídio do povo negro, além das questões ligadas ao discurso da meritocracia podem ser problematizadas e assim, o professor de história pode contribuir para uma prática educativa antirracista e emancipadora.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao observar os argumentos aqui expostos, foi possível refletir sobre o difícil caminho que teve que ser percorrido e as vários embates que foram travados pelo movimento negro no Brasil para que em nosso país pudesse ser debatido e pensada a história e cultura afro-brasileira nos currículos escolares, visto a necessidade urgente dessas questões entrarem em pauta na esfera pública, já que pesquisas da década de 1980 apontavam que o preconceito étnico racial afetava diretamente o percurso de alunos negros na escola.

Assim a lei 10639 trata-se de uma maneira de busca minimizar os impactos que a falta de medidas após o fim da escravidão no Brasil causou, apesar dessa lei ter sido uma medida tomada tardiamente, ela não deixa de ser extremamente importante em uma sociedade como a nossa, permeada por um racismo estrutural que causa mal estar e interfere na vida de tantas pessoas.

A educação para as relações étnico raciais é fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade como a nossa, onde grande parcela da população é negra e mesmo tendo uma diversidade cultural tão grande, com fortes raízes africanas, ainda possuímos índices elevados de preconceito racial, que se revela não apenas através de piadas, estereótipos e termos pejorativos, mas em verdadeiras políticas de segregação e genocídio do povo negro.

Considerando a relevância histórica que a prática de uma educação inclusiva carrega, precisamos atentar para o atual momento que estamos passando, onde figuras públicas ligadas ao Estado fazem claros ataques à educação e às políticas de promoção da igualdade racial.

Como professores, devemos estar ainda mais atentos e fortalecidos, somando esforços para, através do ensino, trabalharmos por uma prática educativa que resulte no empoderamento e transformação social do povo negro no Brasil, e numa desnaturalização das relações escravistas e opressoras que ainda temos encrustradas em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Histórias dentro da História**. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2005. p 235-290.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. Filho, Wlatter Fraga. **Uma história do negro no Brasil**_Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; SANCHEZ, Livia **Os negros na legislação educacional e educação formal no Brasil.**, Revista Eletrônica de Educação, v. 10, n. 2, p. 234-246, 2016.

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; SANCHEZ, Livia. **Análise Histórica das Legislações Educacionais para a Educação Formal dos Negros no Brasil**. Educação em Revista, Marília, v.18, n.1, p.93-108, Jan.-Jun., 2017.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ALVES, PAULA ; ALVES, J. E. D. ; SILVA, J. J. **Uma análise demográfica do filme que horas ela volta**.In: Anais do XX Encontro da ABEP e VII Congresso da ALAP, 2016, Foz do Iguaçu. XX Encontro da ABEP e VII Congresso da ALAP, 2016.

AMARAL, Sharyse Piroupo do. **História do negro no Brasil**.Brasília: Ministério da Educação. Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Salvador: Centro de Estudos Afro Orientais, 2011.

CAIMI, Flávia Eloisa. **“O que precisa saber um professor de história?”** História; Ensino, Londrina, v. 21, n. 2, p. 105-124, jul./dez. 2015.

CÂMARA LEGISLATIVA . **Legislação Informatizada - LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003 - Publicação Original**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-10639-9-janeiro-2003-493157-publicacaooriginal-1-pl.html>> . Acesso em: 4 ago. 2020.

CARNEIRO, Sueli. Raça, gênero, democracia e participação política no Brasil: o legado da escravidão sobre a democracia existente no Brasil. 1ª Aula do curso: “Raça, Gênero, Democracia e Participação Política no Brasil”. Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/o-legado-da-escravidao-sobre-a-democracia-existente-no-brasil-e-o-tema-da-aula-de-hoje-do-curso-raca-genero-democracia-e-participacao-politica-no-brasil/> > Acesso em: 6 jun. 2020.

CARVALHO, Ana Carolina de Souza. **IMPORTÂNCIA DA INSERÇÃO DE FILMES E VÍDEOS NA PRÁTICA DOCENTE NO ENSINO FUNDAMENTAL I**; ; 2017; Trabalho de Conclusão de Curso; (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal de Juiz de Fora.

CORDÃO, Michelly Pereira Souza. **Gilberto Freyre: conservadorismo e ódio à democracia**. Material didático do curso de Especialização de Educação para as Relações étnico-Raciais. PPGH- UFCG. Campina Grande-PB, 2016.

CORREIO BRASILIENSE. **130 anos após a abolição negros ainda sofrem com a desigualdade**. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/05/13/interna-brasil,680301/130-anos-apos-abolicao-populacao-negra-ainda-sofre-com-a-desigualdade.shtm>> . Acesso em: 16 set. 2020.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos**. *Tempo* [online]. 2007, vol.12, n.23, pp.100-122.

DOMINGUES, Petrônio. **Um "templo de luz": Frente Negra Brasileira (1931-1937) ea questão da educação**. *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2008, vol.13, n.39, p.517- 534

DUARTE, Rosália. **Cinema e educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

EXTRA. **Pesquisa inédita aponta preconceito em ambiente escolar**. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/brasil/pesquisa-inedita-aponta-que-preconceito-no-ambiente-escolar-maior-com-relacao-portadores-de-necessidades-especiais-301878.html>>. Acesso em: 11 ago. 2020.

Fachel de Medeiros, R. (2017, enero 31). **Que horas ela volta? (2015), de Anna Muylaert: Pode a empregada doméstica falar?**. *Revista De Educación Superior Del Sur Global - RESUR*, (2), p.132-151.

FIGUEIREDO, Fábio Baqueiro. **História da África**. Brasília: Ministério da Educação. Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Salvador: Centro de Estudos Afro Orientais, 2011.

MEIRELLES, Willian Reis. **O cinema na história. O uso do filme como recursodidático no ensino de história**. *História e Ensino*. v. 10, 2005. Disponível em: <<https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/11966/10560>> Acesso em: 10 de jun. 2020.

NAPOLITANO, Marcos. **A história depois do papel**. In: Fontes

históricas[S.l:s.n.]2005.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado** ed. - São Paulo:Perspectiva, 2016.

OLIVA, Anderson Ribeiro. **A História da África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na literatura didática.** Estudos Afro-Asiáticos. 2005. p. 421-461.

PEREIRA, M. M., SILVA, Maurício. **Percurso da lei 10639/03: antecedentes e desdobramentos.** LINGUAGENS & CIDADANIA , v. 01,2012. p. 01-12.

PESQUISA FAPESP. **Filmes na escola.** Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/filmes-na-escola/>> . Acesso em: 12 ago. 2020.

PINHO, Osmundo de Araújo. **O efeito do sexo: políticas de raça, gênero e miscigenação.** *Cad. Pagu* [online]. 2004, n.23, p.89-119.

PLANALTO.GOV. **LEI Nº 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961..** Disponível em:< https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4024.htm>. Acesso em: 27 ago. 2020.

PORTAL GELEDÉS. **Teatro Experimental do Negro – TEN.** Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/teatro-experimental-do-negro-ten/>>. Acesso em: 28 set. 2020.

QUE HORAS ela volta? Direção: Anna Muylaert. Produção: África Filmes e GloboFilmes. Brasil, 2015. 108 min.

REVISTA ESPAÇO ABERTO. **O preconceito em números** . Disponível em: <<https://www.usp.br/espacoaberto/?p=4461>>. Acesso em: 9 jul. 2020.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual anti racista.** Companhia das letras: SãoPaulo,2018.

SCHWARCZ, Lilia M e GOMES, Flávio S. (organizadores).**Dicionário da Escravidão e da Liberdade: 50 textos críticos.** 1a.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto, nem branco muito pelo contrário. Cor e raça na sociedade brasileira.** São Paulo, Claro Enigma, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870- 1930)**. São Paulo: companhia das Letras, 1993.